

FONTES HISTÓRICAS SOBRE OS CAYAPÓ DO SUL

Eduardo Alves VASCONCELOS¹

RESUMO: A pesquisa proposta tem como objetivo determinar as relações lingüísticas existentes entre aquela língua que é falada pelo grupo Panará e àquela que foi falada pelos Cayapó do Sul. Os Cayapó do Sul ocupavam uma extensa região no Brasil Central (sul de Goiás, sudeste do Mato Grosso, nordeste do atual Mato Grosso do Sul, noroeste do estado de São Paulo e a região do triângulo mineiro em Minas Gerais), e depois de aproximadamente dois séculos de contato com a sociedade colonial e imperial, foram dados como extintos no início do século XX. Os dados lingüísticos disponíveis até o momento são vocabulários do século XIX – coletados em Goiás, Mato Grosso e São Paulo –, e um vocabulário de 1911, coletado por Alexandre Barbosa, no triângulo mineiro. Neste estudo é discutido o primeiro levantamento das fontes históricas sobre este grupo e a acessibilidade a documentos e relatos de viagens.

Palavras-chave: Línguas Indígenas, Cayapó do Sul e Fontes Históricas.

RESUMEN: La investigación propuesta tiene como objetivo determinar la relación entre la lengua que es hablada por el grupo panará y aquella que se fue hablada por los Cayapó del Sur. Los Cayapó del Sur ocuparon una gran extensión en el centro de Brasil (sur de Goiás, el sureste de Mato Grosso, al noreste de la actual Mato Grosso do Sul, al noroeste de São Paulo y Minas Gerais: región del triángulo), y después de casi dos siglos de contacto con la colonia y de la sociedad imperial, fueron dados como extinta en el siglo XX. Los datos lingüísticos disponibles hasta la fecha son vocabularios del siglo XIX – recogidos en Goiás, Mato Grosso y São Paulo – y un vocabulario de 1911, recogida por Alexandre Barbosa, en el triángulo minero. Este estudio se discute el primer levantamiento de las fuentes históricas sobre este grupo y la accesibilidad a los documentos y relatos de viajes.

Palabras-clave: Lenguas Indígenas, Cayapó del Sur y Fuentes Históricas.

1. Introdução

A pesquisa em desenvolvimento procura estabelecer as relações lingüísticas existente entre a língua que foi falada pelos Cayapó do Sul e a língua hoje falada pelos Panará. O Cayapó do Sul foi um grupo indígena contato ainda no século XVIII quando os paulistas adentravam os ditos sertões em busca, inicialmente, de índios para servirem de escravo e depois, com as descobertas de pedras preciosas, em busca de enriquecimento nas minas; os registros² indicam que ocupavam o centro sul de Goiás, o sudeste do Mato Grosso, o nordeste do atual Mato Grosso

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (IEL-Unicamp). Pesquisa Financiada pela FAPESP, processo nº 2008/10995-1.

² Cf. Giraldin, 1997.

do Sul, o noroeste de São Paulo (entre os rios Tietê e Grande) e o sudoeste de Minas Gerais³. Depois de dois séculos de intermitentes conflitos foram dados como extintos no início do século XX. As informações lingüísticas e culturais existentes são encontradas em documentos sobre a região e em relatos de expedições científicas que passaram por seu antigo território no século XIX.

Os Panará tiveram contato com os não-índios no início da década de 70 do século XX, com a abertura da estrada que liga Cuiabá a Santarém. Eles estavam nas margens do Peixoto de Azevedo, na Serra do Cachimbo, norte de Mato Grosso, divisa com o estado do Pará. Este contato reduziu sua população a um terço e a principal causa de mortes foi as infecções causadas pelo contato com os não-índios. Em 1975 foram transferidos para Parque Indígena do Xingu, onde não se adaptaram e na década de noventa reivindicam a demarcação de território próximo ao original, uma vez que este fora degradado pela exploração de matérias-primas nos arredores da Cuiabá-Santarém.

Richard Heelas (1979) foi o primeiro a levantar a hipótese de que os Panará seriam um grupo Cayapó do Sul que havia migrado para a Bacia do rio Peixoto de Azevedo, Schwartzman (1987) reforçou essa hipótese na sua tese de doutorado. Rodrigues e Dourado (1993), a partir de um pequeno conjunto de palavras afirmam a continuidade dos Cayapó do Sul nos Panará. Em sua pesquisa sobre a etno-história dos Cayapó do Sul, Giralдин aponta características culturais comuns aos dois grupos. Esta pesquisa vai ao encontro da necessidade de identificar qual relação existe entre essas duas línguas a partir de uma padronização das listas de palavras existentes do Cayapó do Sul, padronização esta que permitirá análise mais cuidadosa com os dados existentes sobre o Panará. Esta pesquisa tem ainda como objetivo secundário de revistar a documentação existente sobre os Cayapó do Sul com o intuito de levantar possíveis dados lingüísticos e, assim, ter mais dados para as comparações lingüísticas.

A pesquisa em fontes documentais tem o intuito de reunir maiores informações lingüísticas, culturais e históricas sobre os Cayapó do Sul. Para tal intento buscou-se aprofundar-se, principalmente, nos estudos e fontes históricas sobre o Brasil colonial, com foco nas Capitâneas de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo. Tal delimitação seguiu os registros

³ Segundo Giralдин (*op. Cit.*), o território Cayapó fazia fronteira com, ao sul, Kadiwéu, Payaguá e Kaingang; a leste, Xacriabá, Akroá e Araxá; ao norte, Goiá, Crixá, Xavante e Ava-Canoeiro; a oeste, Bororo.

já conhecidos sobre a localização do território Cayapó, como também as relações que mantinham com a sociedade não-índia: ataques, guerras, escravidão e aldeamento. A seguir são apresentadas as principais fontes de investigação até o momento.

2. Expedição Langsdorff

Dentre os documentos a serem investigados buscou-se aqueles que compõem o acervo da Expedição Langsdorff. O Barão de Langsdorff, representante do Império Russo no Brasil, organizou na década de 20 do século XIX uma monumental expedição científica pelo interior do Brasil. A expedição começaria pela província de Minas Gerais e depois seguiria para o Brasil central pelo Caminho Fluvial de São Paulo a Cuiabá, onde a mesma expedição tomaria a direção norte, explorando a Amazônia e as cabeceiras e leito do rio Orenoco. A equipe inicial era formada pelo botânico Ludwig Riedel, pelo zoólogo Edoard Ménétrières, pelo astrônomo Rubtsov e pelo desenhista Rugendas. A primeira etapa da Expedição foi realizada em 1824, pela província de Minas Gerais. Ao voltar para o Rio de Janeiro, Rugendas fora substituído por Andrey Taunay, 1º desenhista, e por Hercule Florence, 2º desenhista; Ménétrières fora substituído pelo zoólogo Hasse. Em 1825, a expedição sai do Rio de Janeiro para Porto Feliz, na província de São Paulo em direção a Cuiabá, porém, por conta das obrigações de Langsdorff como cônsul da Rússia no Brasil, a expedição só sai de Porto Feliz em junho de 1826, já sem a presença de Hasse que decide ficar na Vila.

O trajeto escolhido pela expedição era o mesmo que feito desde o início do século XVIII para chegar às minas de Cuiabá, nele seguiu os primeiros bandeirantes e continuava sendo um dos principais para a chegada de mercadorias a cidade de Cuiabá. Neste trajeto viajava-se pelo Tietê até este desembocar no rio Paraná, seguia-se neste rio até a foz do rio Pardo, subindo o rio até as suas cabeceiras para então realizar um pequeno trajeto terrestre pelo varredouro de Camapuã, descendo o rio Coxim, depois Taquari, Paraguai, por fim subia-se o São Lourenço este até Cuiabá.

A presença dos Cayapó do Sul foi noticiada por esta expedição nas margens do rio Tietê nas proximidades do salto do Urubupungá, subindo o rio Paraná, local onde Antonio Pires de Campos, no início do século XVIII, relata a presença destes índios; no início do século XX o agrimensor Alexandre de Souza Barbosa esteve em contato com um núcleo familiar deste grupo

nas margens do Rio Grande, próximo a foz deste no Rio Paranaíba, também próximo do salto do Urubupungá.

A expedição permaneceu cerca de um ano em Cuiabá, onde ela foi dividida em dois grupos, um chefiado por Riedel, a qual seguiria para o Forte do Rio Negro (atual Manaus) pelo Guaporé, Mamoré e Madeira, enquanto o grupo chefiado por Langsdorff seguiria para o mesmo destino pela Juruena e Tapajós. Andrey Taunay, que seguiu com Riedel, tem uma morte trágica ao tentar atravessar o Guaporé após uma tempestade. O grupo chefiado por Langsdorff sofre com as febres tropicais; Langsdorff e Rubtsov se mostram mais atingidos pelas enfermidades. Sobre as conseqüências destas febres em Langsdorff, Florence faz a seguinte narração: “nesse lugar foi que se manifestou o estado desastroso do sr. Langsdorff, isto é, a perda da memória das coisas recentes e completo transtorno das idéias, devido às violências das febres intermitentes” (Florence, 2007 [1875], p. 243).

O material recolhido pela expedição foi enviado, em quase toda a sua totalidade para a Rússia, onde ficou arquivado por quase um século. Parte do material enviado por Langsdorff antes da expedição é perdido em uma enchente na então Stalingrado. A maior parte do material de Rugendas, que só participou da viagem por Minas Gerais, foi para a França. Rugendas após seus desentendimentos com Langsdorff se negou a entregar as ilustrações produzidas no período em que esteve como desenhista da expedição.

No início do séc. XX, o naturalista Russo Manizer foi o primeiro a se dedicar a Expedição Langsdorff, porém, em virtude de sua morte prematura, seu trabalho só foi publicado em 1948. Desde a década de 30 do século XX pesquisadores russos se debruçam sobre o riquíssimo acervo da Expedição Langsdorff. Desde a década de 70, do mesmo século, o professor Komissarov tem estudado e se dedicado a catalogação do material da expedição, em 1973 foi publicado: *A expedição científica de G.I. Langsdorff ao Brasil: 1821-1829*⁴.

Já no início do século XX é iniciado diálogos sobre a reprodução no Brasil do material desta expedição, porém, devido ao contexto sóciopolítico do pós-guerra, o diálogo sobre este material só recomeça no fim da década de 80 e, com a colaboração do Professor Komissarov, o governo brasileiro consegue manter um diálogo mais intenso com o governo russo sobre a reprodução e/ou disponibilização dos documentos da expedição no Brasil.

⁴ Traduzido em 1981, pelo Instituto Pró-Memória.

Com a criação da Associação Internacional de Estudos Langsdorff, em 1990, foi possível microfilmar e enviar ao Brasil aproximadamente 95 mil fotogramas, distribuídos para a Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade de Brasília (UnB). Entre 1996 e 1998, a Fiocruz, envolvendo instituições estatais e privadas, publicou os diários de Langsdorff em três volumes (1. Minas Gerais [1996]; 2. São Paulo [1997]; 3. Mato Grosso e Amazonas [1998]). Em 1995, o Museu de Arte de São Paulo viabilizou a publicação do diário de Hercules Florence escrito após a viagem e quando este já tinha se estabelecido em Campinas. Os manuscritos de Hércules Florence escritos após a expedição ficaram inéditos até a segunda metade do século XX, no poder de sua família.

No material da expedição há, segundo os catálogos, folhas e documentos avulsos com informações lingüísticas e etnográficas sobre os Cayapó do Sul, com estas informações, foi necessário identificar como esse material poderia ser consultado, verificar o conteúdo de tais documentos e também buscar nas fontes disponíveis indícios deste conteúdo. Sobre as fontes é importante salientar que nenhuma indicação contundente do seu contato com índios Cayapó, no diário de Langsdorff há somente a descrição de uma aldeia que fora visitada e esta se encontrava vazia:

“[...] Pretendíamos visitar um velho caiapó, na margem direita desse rio, do outro lado da foz do Tietê: o Capitão Manoel, cacique dessa pequena nação. Ao desembarcar, encontramos pequenos sinais que indicavam a presença recente de seres humanos, mas não vimos ninguém. [...]

Pusemo-nos logo a caminho para procurar o local que o nosso guia chama de aldeia dos índios. [...] Logo em seguida, descobrimos uma região bastante acolhedora, com várias cabanas de palha, grandes e pequenas. Três horas mais tarde, aproximadamente, ansiosos, de uma aldeia construída por índios.”⁵

Porém, no *Esboço da viagem feita pelo sr. Langsdorff no interior do Brasil...*⁶, diário que Florence escreve durante a viagem e entregou a família Taunay, há uma ilustração intitulada *Índio Caiapó* (Florence, [1875] 2007, 91), nesta versão não há qualquer indício de contato dos

⁵ *Os diários de Langsdorff*. Co-autoria de Danuzio Gil Bernardino da Silva, Boris N Komissarov. Campinas, SP; Rio de Janeiro: AIEL: Fiocruz, 1997. V.2.

⁶ O manuscrito de Florence foi publicado no tomo 35, em 1875, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o título *Esboço da viagem feita pelo sr. Langsdorff no interior do Brasil*, desde setembro de 1825 até março de 1829. Escrito em original francês pelo 2º desenhista da Comissão Científica Hércules Florence; com tradução de Alfredo d'Escragnonle Taunay. Em edições seguintes o título foi resumido somente para *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*.

membros da expedição com os Cayapó do Sul, já no diário que ele escreve após a viagem, Florence explica que: “conheci em Porto Feliz índios Caiapós, de ambos os sexos, mantidos em escravidão, entre eles alguns muito jovens, prova que esse bárbaro costume existia até ha poucos anos” (Florence, 1997); tal observação pode indicar que tanto ele, como qualquer outro membro da expedição, poderiam ter tido contato com estes índios, porém, são somente especulações. Outras especulações, ou expectativas, seriam de que as folhas avulsas sobre os Cayapó do Sul sejam somente relatos já conhecidos, como o de Saint-Hilaire e Pohl, enviado a Langsdorff, uma vez que este mantinha relações com esses e muitos outros viajantes do Brasil Central.

No Brasil, aparentemente⁷, as instituições que disponibilizam a consulta aos microfilmes e demais fotogramas e documentos enviados ao Brasil são a Unicamp, pelo seu Centro de Memória, e a Fundação Oswaldo Cruz, através do seu Arquivo Histórico. No Centro de Memória da Unicamp, segundo informações retiradas do site do Arquivo, há somente 18 microfilmes de 35mm e aproximadamente 100 microfichas, deste material somente os microfilmes têm instrumento de pesquisa: versão preliminar elaborada pela equipe do Arquivo Histórico da Fiocruz⁸. Na Fiocruz há 25 rolos de microfilme de 35mm, 375 microfichas, 17 rolos de microfilme 16mm, um metro e 25 centímetros de documentos textuais e 36 documentos fotografados. Deste material há somente um instrumento de pesquisa, aparentemente incompleto, o acesso ao material é realizado nas dependências do Arquivo Histórico da Fiocruz, no Rio de Janeiro. A consulta ao material disponibilizado por estes arquivos não pode ser guiada pela catalogação de Komissarov, pois o acervo contém somente uma parte do material da expedição adicionada de vários estudos realizados sobre o material da expedição, como por exemplos, os estudos realizados por Komissarov e Sprintsin.

3. Projeto Regaste Barão de Rio Branco

O Projeto Resgate Barão de Rio Branco compreende a uma iniciativa do governo brasileiro em parceria com agências de fomento a pesquisa e empresas para reunir nos arquivos brasileiros os documentos existentes na Europa sobre o período colonial.

⁷ A Universidade de Brasília apresenta na consulta *on-line* do catálogo de sua Biblioteca Central documento intitulado Associação Internacional de Estudos Langsdorff, sem informações sobre o material.

⁸ Cf. <http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_emp_langsdorff.php>, acessado em 15 de fevereiro de 2010.

Sobre os documentos existentes no Conselho Ultramarino, em Portugal, a primeira ação realizada para trazer ao conhecimento dos pesquisadores brasileiros o conteúdo dos documentos lá arquivados foi realizada ainda no século XIX pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e contou com apoio do Imperador Dom Pedro II, tratava-se de copiar a mão documentos considerados relevantes para a história do Brasil. Alguns estados desde então também financiaram cópias e/ou catalogação de documentos no Conselho Ultramarino referentes à sua própria história, esses trabalhos, na maioria das vezes, relacionava-se a eventos comemorativos de datas históricas. No início da década de 90 do século passado foi iniciado o Projeto Resgate Barão de Rio Branco pelo qual os documentos sobre o Brasil que pertencem ao acervo do Conselho Ultramarino foram microfilmados e digitalizados e enviados para diversas instituições brasileiras: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Ministério da Cultura, arquivos estaduais, entre outras; posteriormente, sob a responsabilidade dos arquivos estaduais e com apoio do Ministério da Cultura e agências de fomento à pesquisa estaduais, foram lançados catálogos referentes aos documentos de cada capitania; o material digitalizado foi reproduzido em *CD-ROM* e enviado para os principais arquivos documentais do Brasil⁹. No âmbito do Projeto, foram elaborados guias para documentos sobre o Brasil existentes em arquivos franceses, espanhóis e holandeses. Também está previsto no Projeto a publicação de guias sobre os arquivos do Vaticano e do arquivo jesuítico da Torre do Tombo, em Portugal¹⁰.

O acervo digitalizado é disponibilizado, atualmente, por *CD-ROM* e por consulta ao *site* do Centro de Memória Digital (CMD) da Universidade de Brasília (UnB). Somente a versão de 2009 do *site* do CMD possibilitou uma eficiente consulta aos documentos. Segundo a equipe responsável:

“Desde 2003, o Centro de Memória Digital, em parceria com o Ministério da Cultura e patrocínio da Petrobras, desenvolve o portal oficial do Projeto Resgate, disponibilizando *on-line* banco de dados com 117.158 documentos históricos (1.098.535 imagens) alusivos à história brasileira procedentes do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa”¹¹.

⁹ Há ainda catálogos referentes ao material iconográfico e cartográfico, que devido a sua especificidade têm catálogos independentes.

¹⁰ Cf. Arruda, 2006 e *Histórico do Projeto Resgate*. Disponível em <www.cmd.unb.br/resgate_index.php>, acessado em 10.02.2010.

¹¹ Cf. <<http://www.cmd.unb.br/resgate.php>>, acessado dia 10.02.2010.

Os *CD-ROM*, tal como os catálogos, foram produzidos pelos arquivos estaduais e seu uso está condicionado à consulta aos catálogos, ou seja, a instituição que disponibiliza o material em *CD-ROM* precisa necessariamente disponibilizar os catálogos. Delegar a publicação dos CDs e Catálogos aos arquivos estaduais trouxe o inconveniente de uma distribuição irregular do material, dificultando a localização. Por iniciativa própria, em 2003, o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Unicamp, reuniu, não sem esforços, quase todo o material publicado até então¹²: *CD-ROM* doados pelo Ministério da Cultura, enquanto os catálogos foram comprados, doados ou copiados¹³. Silvia Hunold Lara¹⁴ explica que:

“enquanto coordenadora da Pós-Graduação, solicitei ao ministério o material já produzido até 2000, que equivalia a mais de 50%. A biblioteca do Congresso dos Estados Unidos recebeu a documentação; nós, não. Acabamos formando um *pool* de pesquisadores para obter informações sobre onde solicitar ou comprar o material”.

Dos documentos que compõem o acervo do Conselho Ultramarino foi dada atenção aqueles referentes às Capitanias de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, pois reúnem importantes informações sobre o povoamento destas regiões e dão notícias sobre os povos indígenas aí presentes e sua relação com os núcleos de povoamento, além, das informações sobre os aldeamentos: constituição, características, declínios e objetivos.

Uma primeira pesquisa foi realizada no AEL a partir do Catálogo de Verbetes dos Documentos Avulsos da Capitania de Goiás Existentes no Conselho Ultramarino (1731-1822) e dos sete *CD-ROM* que correspondem a Capitania de Goiás. O catálogo não apresenta um bom índice de assunto, assim, foi necessário fazer uma busca quase de ementa por ementa dos documentos para encontrar aqueles que poderiam tratar sobre os índios Cayapó do Sul naquela província. Foram selecionados onze documentos, o primeiro de 1735 e os últimos de 1749, que tratam tanto sobre os ataques dos Cayapó do Sul a cidades e viajantes, quanto à solicitação e

¹² Segundo Arruda (2006, *op. cit.*), em 2004, estavam no prelo o Catálogo das Capitanias de Pernambuco e Bahia e em preparação o Catálogo do Rio de Janeiro. No *site* do Centro de Memória Digital da UnB, consta o catálogo referente à capitania de Pernambuco publicado em 2006, cf. *Catálogos e guia de fontes disponível* em <http://www.cmd.unb.br/resgate_catalogos.php>, acessado em 15.02.2010.

¹³ O catálogo referente a Capitania de Mato Grosso se encontra esgotado, sendo uma sensível ausência no acervo do AEL.

¹⁴ As informações sobre a aquisição pelo AEL do material do Projeto Resgate encontram-se em reportagem do *Jornal da Unicamp* da semana de 21-27 de julho de 2003, assinada por Luiz Sugimoto.

envio de missionários para os grupos indígenas de Goiás. Talvez por serem os mais antigos, todos estes documentos estão quase todos ilegíveis, podendo em cada um lê-se um ou outro trecho.

Uma segunda pesquisa foi realizada neste acervo, porém, pelo *site* do CMD (www.cmd.unb.br) após os ajustes no sistema de busca realizados pelas instituições responsáveis, o que aconteceu somente no final de 2009¹⁵. A vantagem deste sistema comparativamente a busca no AEL está no fato daquela ser independente dos catálogos e permitir o uso de palavras-chave para encontrar os documentos. A desvantagem é a falta de um mecanismo que permita imprimir ou salvar cópias dos documentos selecionados. O uso conjunto dos dois sistemas (Catálogo/CD-ROM e busca *on-line*) parece até agora o mais adequado. Sobre o problema da legibilidade, a alternativa encontrada, que ainda serão colocadas em prática, é realizar uma segunda busca em outras instituições (Biblioteca Nacional e arquivos estaduais) para consultar em microfilme ou em cópia do manuscrito original os documentos previamente selecionados, intento que nem sempre será possível, visto que uma parte do acervo do Projeto Resgate é inédita no Brasil e não sendo disponibilizado por outras instituições. A pesquisa nas fontes documentais mais próximas ou mais acessíveis tem a importância de indicar quais documentos consultar em bases de dados impressas em diferentes instituições, instituições essas que muitas vezes, nem mantêm um catálogo *on-line* de seu acervo, sendo necessária busca presencial.

4. Documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sediado no Rio de Janeiro, mantém, atualmente, um dos acervos mais ricos sobre a história, geografia e etnologia do Brasil. Com documentos que datam do século XVIII até a atualidade, este instituto torna-se itinerário obrigatório para pesquisa sobre o Brasil colonial e imperial, pois em seu acervo encontramos documentos que tratam de relatos de viagem, da rotina burocrática, costumes e dia-a-dia dos núcleos populacionais do Brasil nesses períodos. O seu acervo é disponibilizado na sua biblioteca, em seu arquivo e na sua revista trimestral. A biblioteca reúne importantes coleções como a de Thereza Christina, parte da biblioteca de D. Pedro II; coleção Martius, formada por livros que constituíam o acervo da Biblioteca Americana do naturalista alemão Carl Friedrich

¹⁵ Como esclarece a equipe responsável pelo *site*, o projeto é resultado de financiamento da Petrobrás através da Lei Rouanet e somente entrou em pleno funcionamento em 2009.

Philipp von Martius, importante pesquisador e viajante que produziu relatos e trabalhos fundamentais para o estudo da etnologia das línguas indígenas brasileiras; disponibiliza também os 387 volumes da *Brasiliana* da Editora Nacional; “Pela excelência e raridade do seu acervo, a Biblioteca é uma importante fonte de pesquisa para aqueles que se dedicam ao estudo da História”¹⁶.

O acervo do arquivo se caracteriza pelo excelente estado dos documentos, resultado da constante manutenção das salas e dos cuidados necessários para a sua consulta. O arquivo, tal como a biblioteca, mantém um vasto e rico acervo documental, compreendendo relatórios técnicos, correspondências pessoais, diplomas, relatórios de viagem, resenhas históricas, entre outros. A Coleção Ultramarino é constituída de documentos copiados por ordem de D. Pedro II nos Arquivos do Conselho Ultramarino, Biblioteca de Évora, Arquivo da Torre do Tombo e Biblioteca de Lisboa entre 1856 e 1863, os quais foram reunidos em 97 volumes. Ainda sobre o Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino, o Instituto tem reunido todo o material produzido pelo Projeto Resgate Barão de Rio Branco.

Um dos instrumentos utilizados para a pesquisa nos fundos documentais foi o material produzido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro: *Os índios em Arquivos do Rio de Janeiro*, vol. 1; nesta publicação a equipe da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), coordenada por José Ribamar Bessa Freire, pesquisou nos arquivos do Rio de Janeiro fundos documentais com informações sobre povos indígenas do Brasil. A partir deste material foram selecionados os seguintes fundos para realização de pesquisa a partir dos instrumentos de busca internos do arquivo: Arquivos Antonio Henrique Leal, Baronesa de Loreto, Barão de Ramiz, Manuel Barata, Marques de Olinda, Tobias Monteiro, Padre Gay, Senador Nabuco e Virgílio Corrêa Filho; as Coleções Dom Antônio de Macedo Costa, Marechal Andréa, Morales de Los Rios, Renato Barboza Rodrigues Pereira e a coleção do próprio IHGB.

Em visita realizada ao IHGB, foram selecionados e copiados dois documentos nos quais já se sabia haver registro lingüístico e cultural dos Cayapó do Sul. Trata-se de trecho do Relatório sobre a Comarca de Sant’Anna do Parahiba (atualmente município sul mato-grossense de Paranaíba), elaborado pelo Capitão Lemos da Silva, no qual há um capítulo dedicado aos Cayapó do Sul que estavam próximo àquela Comarca no século XIX. O trecho consultado foi enviado ao

¹⁶ Cf. <www.ihgb.org.br/acervo1.php>, acessado em 11.02.2010.

IHGB em 1901, porém, possivelmente o relatório foi produzido no início da década de oitenta do século XIX, consta de uma sintética descrição da rotina da aldeia e um vocabulário de 87 palavras anotado entre aquele grupo. O segundo documento é a resenha que Alexandre de Sousa Barbosa elaborou sobre os Cayapó do Sul da Aldeia da Água Vermelha, as margens direitas do Rio Grande, próximo a atual cidade de Uberaba, no triângulo mineiro. Nesta resenha Barbosa busca traçar a história dos Cayapó do Sul desde os primeiros contatos registrados, passando pelas decisões dos governantes de Goiás em lhes declararem a Guerra Justa e aldeamento no fim do século XVIII, até o seu contato com os Cayapó da Aldeia Água Vermelha. A resenha de Barbosa é um dos documentos mais importantes para identificação de bibliografia antiga sobre este povo e de informações sobre como estavam distribuídos pelo triângulo mineiro e arredores: foz do Sucuriú e Aporé e leito do Paranaíba. Neste documento, Barbosa, anotou cerca de 700 palavras e algumas expressões de um núcleo familiar formado por uma velha índia, D. Cândida, e seus filhos João, José e Justina¹⁷.

Já na pesquisa realizada *on-line* no *site* do IHGB foi possível fazer levantamento e reunir artigos publicados pela Revista Trimestral do Instituto que tratam sobre a etnologia indígena nas capitanias em que os Cayapó mantinham território tradicional. Tal pesquisa só foi possível porque o IHGB digitalizou e disponibilizou por consulta *on-line* todos os números de sua Revista. A Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais antiga publicação periódica sobre história e demais ciências humanas e sociais do Brasil. Deste material destaca-se o relato de Antônio Pires de Campos noticiando sobre os povos indígenas presentes nos “sertões” do Brasil central próximo aos rios Paraná, Pardo, Coxim e Paraguai; para esta pesquisa merece destaque também o texto do Padre Desgenettes intitulado os “Índios Cayapós”, coletânea de cartas noticiando sobre os Cayapó das cabeceiras do Araguaia, na região que ficou conhecida por Caiapônia. Outros importantes documentos foram selecionados, como: “Simple narração da Viagem que fez ao rio Paraná” de João Ferreira de Oliveira Bueno; “Noticias da Capitania de S. Paulo, da América Meridional” de Francisco de Oliveira Barboza; “Relação da viagem, que fez o Conde de Azabunja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751”; entre outros documentos.

¹⁷ Giralдин, em seu trabalho sobre a etno-história dos Cayapó do Sul, trouxe a conhecimento da comunidade científica este importante vocabulário da língua que foi falada pelos Cayapó do Sul. Cf. Giralдин, 1997.

5. Perspectivas

A pesquisa documental no primeiro período se concentrou nos documentos a respeito da Expedição Langsdorff e dos documentos sobre o Projeto Resgate Barão de Rio Branco, além das consultas a arquivos originais mantidos no Arquivo Histórico do IHGB. A Expedição Langsdorff, pela dificuldade em localizar e consultar os documentos, ainda será motivo de investigação, pois é necessário identificar o conteúdo dos documentos assinalados no catálogo dos arquivos russos¹⁸ como sendo registros da língua e/ou cultura dos Cayapó do Sul.

O Projeto Resgate, mesmo com a dificuldade encontrada na leitura dos documentos mais antigos é, neste momento, a principal base de dados de documentos da Capitania de Goiás e Mato Grosso¹⁹. Ressaltando que a consulta aos documentos está mais acessível após a completa implantação do sistema de busca no *site* do Centro de Memória Digital da UnB, assim, delimitando termos-chaves para a busca, o que permitiria exaurir uma boa parte da documentação pertinente aos índios do Brasil central.

A pesquisa documental em arquivos de Goiás será realizada somente no Arquivo Público Estadual, Museu das Bandeiras e Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Estes três arquivos são os principais deste estado e mantêm documentos que datam da criação da capitania no século XVIII. Ainda em Goiás será investigado também a relação de crianças índias batizadas em Vila Boa de Goiás por volta de 1780, ano em que foi criada a aldeia de Maria I. Em Mato Grosso, o foco será o Arquivo Público do Estado, pois lá se encontra os relatórios e correspondências da Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso, além dos relatórios dos presidentes da província. E em Minas Gerais além do Arquivo Público do Estado, será realizada uma investigação a respeito de um possível relatório do Padre Leandro Rabello Peixoto e Castro, que segundo Giraldin (1997, p. 145), “teriam [Padre Rabello e Padre David Azevedo] deixado um texto com informações sobre esta experiência e sobre os próprios Cayapó”. Este texto estaria hoje, ainda segundo Giraldin, no Colégio Caraça, em Belo Horizonte.

Em São Paulo, preliminarmente, foram selecionadas as seguintes instituições: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu das Monções em Porto Feliz, Museu Paulista da USP e

¹⁸ Bertels, D. E., Komissarov, B.N. e Licenko, T.I. *A Expedição Científica de G. I. Langsdorff ao Brasil 1821-1829*: Catálogo completo do material existente nos arquivos da União Soviética. Tradução: Marcos Pinto Braga. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. 235p.

¹⁹ Sobre Minas Gerais e São Paulo, houve projetos estaduais que promoveram a reprodução do acervo do Conselho Ultramarino no Brasil, ampliando as fontes de consulta.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). O primeiro, em janeiro de 2010, disponibilizou cerca de “360 mil imagens de documentos e fotos que podem ser baixados com alta resolução”²⁰ e permite busca por palavras-chave, facilitando a consulta aos documentos. O Museu Paulista tem seu acervo integrado ao sistema de Bibliotecas da USP e é possível realizar pesquisa *on-line* pelo Dedalus (Banco de Dados bibliográficos da USP). O IHGSP publicou um volume especial da sua revista com a relação pormenorizada do seu acervo e por fim o Museu da Monções não apresenta nenhum recurso *on-line* para pesquisa e ainda é necessário entrar em contato para saber a respeito do conteúdo do seu acervo.

A pesquisa documental no Rio de Janeiro terá o objetivo de esgotar todas as possíveis informações sobre o Cayapó do Sul no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e fazer exaustivas buscas nos manuscritos da Biblioteca Nacional.

6. Considerações Finais

As informações existentes sobre o estado e organização dos povos indígenas brasileiros durante o período colonial e imperial são basicamente encontradas em arquivos históricos, estes reuniram, no decorrer da sua existência, material que tratam do cotidiano da colônia, da relação entre o europeu (ou o negro) recém chegado ao que era até então as terras portuguesas na América com aqueles que aqui já estavam. Depois da abertura dos portos do Brasil as demais nações européias o interesse pelas “maravilhas” do novo mundo trouxe diferentes cientistas a estas terras, percorrendo seus limites e, inevitavelmente, entrando em contato com grupos indígenas aqui presentes, estas expedições produziram materiais essenciais para a compreensão das culturas destes povos e ofereceu também registros, as vezes mínimos, da língua que fora falada por eles.

Estes documentos estão, em sua maioria, descentralizados em diversas instituições brasileiras ou estrangeiras, o que torna a pesquisa laboriosa, sendo necessário lidar com o excesso de expectativas e conseqüentemente com a frustração de, entre outros casos, de não conseguir decifrar as informações em documentos corrompidos pelas marcas do tempo e/ou pela ausência de técnicas necessária para a sua conservação. Alia-se a estas características a quantidade de

²⁰ Gonçalo Junior. Tempo de recontar fatos. *Pesquisa FAPESP*. n. 167, jan. 2010, São Paulo.

informações desencontradas ou mal divulgadas sobre estes documentos e sua disponibilização e consulta.

Este estudo apresenta somente uma etapa do processo de investigação lingüística a respeito das línguas Panará e Cayapó do Sul, aquela tida como a continuação desta. A língua Panará está classificada como pertencente a família Jê, um dos membros do tronco Macro-Jê.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J. J. de A. O resgate da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino referente ao Brasil (1986-2004). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2006.

BARBOSA, A. S. **Cayapó e panará**. Manuscrito de 1918, disponível no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 188, doc. 39.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Tradução de Visconde Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. 282p.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas**: pelas províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará (1825-1829). Tradução de Francisco Álvares Machado e Vasconcellos Florence. São Paulo, MASP, 1977.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central**. Campinas: Editora Unicamp, 1997. 197 p.

HEELAS, Richard. **The social organization of the Panara, a Ge tribe of Central Brazil**. 1979. Thesis (Ph.D.). University of Oxford.

RODRIGUES, A. D. & DOURADO, L. Panará: Identificação Lingüística dos Kren-Akarore com os Cayapó do Sul. **Anais da 45ª Reunião Anual da SBPC**. Recife-PE, 1993. P. 505.

SCHWARTZMAN, Stephan. **The Panara of the Xingu National Park: the transformation of a society**. 1987. Thesis (Ph.D.). University of Chicago.